

Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX)**

A revalorização da história política, que tem sido apresentada em algumas obras dos últimos anos, em Portugal, como uma novidade recente, na verdade tem à volta de, pelo menos, três decénios. Com efeito, desde meados da década de 1970 o regresso à história política foi defendido por vários autores, que assim contrariavam a persistente depreciação em que a haviam colocado Lucien Febvre, Marc Bloch e seus discípulos. Mas agora com novas orientações. Não se tratava já de permanecer numa exclusiva ou predominante descrição de factos e personagens nem de estabelecer uma relação mecanicista com as condicionantes sócio-económicas. Os acontecimentos episódicos e «provocatórios», a autonomia de decisão dos indivíduos de acordo com certos parâmetros, conjugados com factores de outras naturezas, nomeadamente os de ordem cultural, passavam a conceber-se como estruturantes de novas mentalidades e comportamentos políticos.

O complexo processo de transformação da simples sociabilidade em sociabilidade política, num ritmo ora lento ora vertiginoso, resulta deste conjunto de factores, que faz emergir realidades latentes em termos novos ou atribui novos conteúdos a persistentes formas antigas.

A partir daqui, a historiografia procederá a reinterpretações que irão contar com as contribuições fundamentais da antropologia política e da sociologia histórica. O que permitirá ultrapassar o erro frequente de transpor para o estudo dos processos de politização das sociedades de Antigo Regime ou das primeiras fases liberais conceitos e instrumentos de análise comuns

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** Esta comunicação é parte de um trabalho mais vasto sobre «Política popular em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX)».

na abordagem das democracias modernas, levando a uma visão inevitavelmente redutora, que bloqueia ou falseia a interpretação. Passa a compreender-se melhor, assim, que, por exemplo, conceitos como consciência política, consciência nacional, opinião pública, aprendizagem política, entre outros, só podem ser entendidos à luz dos pressupostos culturais, mentais, sociais, próprios da sociedade em que se geraram. Noções antitéticas tão insistentemente salientadas como as de local/nacional ou arcaísmo/modernidade quando se debate o processo de entrada dos camponeses em política deverão ser vistas, pois, no contexto das relações específicas que regulam a vida das comunidades rurais.

Na abordagem desta problemática, em construção acelerada nos últimos três decénios e sujeita a revisões metodológicas constantes (com destaque para a referida «viragem» em meados da década de 1970), ressalta a procura de novos ângulos de análise, além do económico e do social longamente privilegiados por inspiração labroussiana. Nomeadamente, além da sociologia eleitoral e das ciências políticas, a ordem cultural passará a desempenhar um papel fundamental, sobretudo após os trabalhos de Maurice Agulhon. A observação na longa duração e os apoios na etnologia e na antropologia histórica irão permitir uma análise fina da vida aldeã, dando também nova dimensão a uma micro-história política capaz de captar os particularismos locais na imensa variedade de situações no mundo rural e, ao mesmo tempo, detectar o processo da sua impregnação do «político».

POLÍTICA POPULAR?

O tema da política nos campos, de que nos ocupamos agora, não é novo, bastando referir, entre outras, as obras de Georges Lefebvre, Marc Bloch, Albert Soboul. Mas é desde a década de 1960 que os processos de politização dos camponeses passam a ser objecto de estudo histórico frequente com a abertura a novas metodologias e enfoques. Um dos primeiros marcos foi o trabalho do historiador britânico Edward Palmer Thompson sobre *The Making of the English Working Class* (1964), que interpretou os tumultos provocados pelas crises de cereais, não como simples actos desesperados, mas inseridos numa espécie de «economia moral» do povo. Ainda na mesma década, merece destaque a importante contribuição de Teodor Shanin «The peasantry as a political factor» (1966). Além de vários estudos de Hobsbawm, como «Peasants and politics» (1973). Também ao contrário da interpretação tradicional, Yves-Marie Bercé, em *Histoire des croquants* (1974), defende que as revoltas populares do século XVII deveriam ser entendidas no quadro do processo de estabelecimento do Estado absoluto, e não como acontecimentos marginais.

O desenvolvimento dos estudos nesta área, abordando aspectos muito diversificados, com variadas contribuições metodológicas e conceptuais, fez reconhecer a necessidade de um balanço que se traduziu, em 1981, no colóquio de Rennes sobre «Les paysans et la politique (1750-1850)». Foi notável sob vários aspectos, nomeadamente pelo avanço que significou na compreensão das resistências à revolução. Aprofunda-se então, sobretudo pela contribuição de Claude Mazauric, o conceito de «anti-revolução», que merecerá desenvolvimentos posteriores para a identificação de acções que não cabem no âmbito de «contra-revolução».

Outro marco assinalável foi, em 1984, o colóquio «Mouvements populaires et conscience sociale (xv-xix siècle)», dirigido por Jean Nicolas. Foi importante para a precisão de conceitos e a revisão de posições longamente estabelecidas, como sobre «o baixo grau de autonomia da ‘revolução camponesa’». É neste colóquio que é levantada pela primeira vez, por Raymond Huard, a questão «existe uma política popular?». Não foi pacífica, tendo dado origem a controvérsias que se estenderam nos anos seguintes. Mas, ao mesmo tempo, eram admitidos conceitos novos que serviram de suporte a um notável conjunto de trabalhos sobre a participação popular na Revolução Francesa e sobre os conflitos sociais no final do Antigo Regime. Um dos mais importantes, pela sua eficaz operacionalidade, foi o de «movimento popular», em substituição do tradicional de «multidão». Sublinhava-se também a coexistência nos meios populares de aspirações progressistas e de comportamentos arcaicos, os quais, nesta perspectiva, deveriam merecer revisão. E abandonava-se, assim, a exclusiva perspectiva do trânsito da «política superior» para as «massas» no processo de politização destas.

De destacar também o colóquio de Rennes (Setembro de 1985) «Les résistances à la révolution», sob a direcção de François Lebrun e Roger Dupuy, abrangendo um largo período (desde antes da revolução) e um amplo âmbito geográfico (além de toda a França, também a Europa do Noroeste e do Sul).

Merecem ainda destacadas referências o colóquio promovido pela École Française de Rome, em Fevereiro de 1997, sobre «La politisation des campagnes au XIX siècle. France, Italie, Espagne, Portugal», que deu oportunidade para confrontar posições tão diferentes como as de Maurice Agulhon e Roger Dupuy sobre o início do processo de politização nos campos, o colóquio de Cholet, em Outubro de 1999, dirigido por Jean-Clément Martin, sobre «La contre-révolution en Europe, xviii-xix siècles. Réalités politiques et sociales, résonances culturelles et idéologiques», que permitiu pela primeira vez uma análise comparada dos processos contra-revolucionários que se desenvolveram na Europa desde fins do século xviii a meados do século xix, o colóquio promovido em Fevereiro de 2004 pela Universidade Autónoma de Barcelona sobre «Napoleón y la contrarrevolución en Europa», que deu azo

a uma visão global sobre os processos contra-revolucionários desencadeados no império napoleónico em Portugal, Espanha, Itália e França, com particular atenção aos movimentos populares, e o seminário «*Politisation et politique populaire au Portugal, XIX^e-XX^e siècles*», promovido em Novembro de 2004 pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e organizado por Jordi Canal. Tive ocasião de participar, com apresentação de comunicações, nestes quatro últimos, havendo sido publicados volumes de actas dos três primeiros.

Foi, assim, um longo percurso até à aceitação do conceito de «política popular», que alguns autores ainda têm dificuldade em admitir para os meios rurais do século XIX. A controvérsia continua — e até por vezes com muita vivacidade, como no referido colóquio de Roma —, entre outros aspectos, acerca da cronologia, o que naturalmente tem na base diferentes valorações das componentes dos comportamentos dos rurais, nomeadamente a respeito do maior ou menor peso dos «arcaísmos». Quanto aos marcos cronológicos, poderíamos hoje, esquematicamente, dividir as posições dos historiadores entre os que pensam que até fins do século XIX só é legítimo falar em «política popular urbana e operária», os que, como Maurice Agulhon, defendem que só após 1848, em França, com o sufrágio universal, se deve falar em política popular, os que, como Michel Vovelle, opinam que já existe após a Revolução Francesa e os que, como Roger Dupuy, asseguram que tal já poderá ser afirmado para os tempos imediatamente anteriores à revolução.

Se, a partir do modelo das democracias modernas, entendermos que politização implica compreensão de formulações políticas gerais e, perante elas, opções que se traduzem em compromissos comportamentais e na escolha pelo voto, então podemos dizer com segurança que em Portugal só tardiamente, já muito avançados no século XIX, os aldeões participam, e mesmo assim limitadamente, num processo de politização: o seu interesse pelas questões da política do Estado só verdadeiramente despertava para as que directamente os afectavam. Mas no caso da politização na perspectiva do mundo rural, no período considerado, será necessário, antes de tudo, abandonar uma visão redutora do «político» e ter em conta as condições específicas desse mundo nas diferentes vertentes do seu sistema de representações, da sua memória e imaginário social, dos seus ritmos e usos privados e públicos, dos rituais, dos códigos de comportamento, da natureza das suas hierarquias e relações de autoridade, das vias próprias como constrói a identidade colectiva e dos condicionamentos que daí resultam para a sua relação com o sistema nacional. Assim, uma cronologia mais longa sobre a origem do processo de politização deverá considerar a localização temporal de sinais a que é legítimo conferir interpretação política (desde compromissos ou descontentamentos com instâncias superiores do Estado a conflitos locais ou regionais), com atenção, igualmente, às origens dos processos que

desencadeiam esses sinais. Uma das dificuldades — e atractivos — é que não se trata de um processo linear e cumulativo, em progressão contínua, mas de uma trajectória que experimenta involuções, estagnações e avanços segundo ritmos muito desiguais e com frequência imprevistos.

FACTORES DE COESÃO E DE RUPTURA NAS COMUNIDADES RURAIS

É evidente que a coesão das comunidades rurais no Antigo Regime, na base da preservação das formas de sociabilidade tradicionais, acentua o seu isolamento no espaço nacional, impondo assim fortes limitações ao início de um processo de politização das populações. A questão, porém, não poderá ser vista de uma maneira estática, pois mesmo antes da implantação do Estado liberal desenvolvem-se nessas comunidades dinâmicas internas e tendências integradoras que são sinais, embora limitados, de transformações.

É certo que o tipo de exploração agrícola camponesa, familiar e de subsistência favorece localmente os comportamentos individuais e até a hostilidade entre vizinhos. Resulta do isolamento estrutural imposto pela propriedade parcelar e também do misto social, dominante no Centro e no Norte de Portugal. Desta maneira, devemos evitar a frequente posição de reduzir a vida comunal a uma imagem de homogeneidade, unanimismo e harmonia. As sociedades são sempre atravessadas por conflitos e divisões e as camponesas, obviamente, não fogem a esta regra. O fundamental, porém, é saber se num dado momento da colectividade rural o curso geral da sua vida é dominado por factores de coesão ou por factores de desunião.

Assim, colocamos como questão central indagar «porquê» e «como» se processa a transição das atitudes individuais, das vontades particulares para a agregação e a polarização dos comportamentos de forma repetitiva. Será que esta agregação não tem passado, resultando apenas de pulsões mecânicas que a determinam no momento e que só então nivelam as diferenças individuais numa realidade colectiva com a sua própria lógica, como pretendem alguns? Cremos que não. Julgamos antes que a reflexão deverá ser dirigida no sentido de procurar identificar «uma espécie de cultura colectiva e profunda» que, ainda quando resulta de uma sedimentação volátil, não deixa de ir definindo certos limites, mesmo se algo imprecisos.

Na origem mais remota está um conjunto de características específicas da vida local que se mantêm, bem como uma rede apertada de solidariedades, de compromissos e de cumplicidades e ainda de práticas e usos na base de ancestrais valores comuns.

Neste sentido, podemos identificar quatro tipos principais de factores agregadores que permitem passar da «colectividade» (simples conjunto de

habitantes, de certo modo equivalente a aldeia) à «comunidade» (quando se estabelecem inter-relações dos habitantes sob formas e por motivações variadas).

Antes de tudo, os factores de coesão que são consequência inevitável de certas características estruturais da agricultura camponesa e sem as quais esta dificilmente sobreviveria. Por exemplo, num regime de exploração apoiado no colectivismo agrário, com presença relevante no território português no final do Antigo Regime, não podemos limitar-nos à ideia genérica do efeito da regulação da vida comunitária pelo ciclo das estações, como lemos em alguns autores. Dever-se-á ter a noção mais precisa de como é indispensável o acordo entre os vizinhos para que as sementeiras e as colheitas sejam feitas ao mesmo tempo, a fim de que simultaneamente se libertem as terras para os pastos comuns. Da mesma maneira, entre muitos outros, os indispensáveis acordos (por «sortes» ou outros meios) para o uso dos baldios e maninhos que pertenciam às comunidades de vizinhos ou aos concelhos, os necessários acertos para a utilização da água comum ou as combinações para a defesa dos rebanhos, das culturas e das pessoas contra os animais selvagens, organizando-se as populações nas célebres «batidas», que eram simultaneamente festas aldeãs.

Outro factor de coesão local respeita à igreja, à religião, às festas, às celebrações, aos rituais. A religiosidade impregnava toda a comunidade, desde a rotina do quotidiano (em que o sino desempenhava um papel central na comunicação com os habitantes da aldeia e proximidades) aos acontecimentos que marcavam esporadicamente as suas dores e alegrias. A igreja era o centro da vida colectiva rural, local privilegiado de reunião regular ou excepcional. Note-se que então em Portugal os dias de festas religiosas eram em tão grande número que foi apontado pelos fisiocratas da Academia Real das Ciências como um dos factores da decadência da nossa agricultura. Para além destes aspectos mais ou menos evidentes, deve chamar-se a atenção para a influência na coesão local da descristianização dos cultos e da paganização das festas religiosas, que vemos crescer ao longo da segunda metade do século XVIII, à medida que vai diminuindo a influência do ultramontanismo e da Inquisição, como severa vigilante dos costumes e das práticas não só religiosas mas também sociais. Com efeito, ao passo que a observância da doutrina e das formas litúrgicas e cultuais e o respeito pelos símbolos tornam universais as práticas religiosas, ao contrário, os ritos e manifestações em que intervêm elementos do foro supersticioso, inconsciente e até pagão são factores fortemente identitários da comunidade, contribuindo para a sua singularização e coesão. Ao mesmo tempo que também contribuem para mais facilmente passar da atitude individual perante Deus para o plano colectivo e ordinário da fruição social. Assim, o conjunto de características que apresentam permite falar numa religião camponesa estreitamente ligada às tradições identitárias de cada colectividade rural.

A coesão das comunidades rurais também se reforça intensamente com os laços de solidariedade que se desenvolvem perante as agressões crescentes de que são alvo sobretudo desde a segunda metade do século XVIII. Assim é quando a comunidade rural se opõe aos oficiais de justiça e exactores fiscais, isto é, contra o Estado; assim é contra os recebedores das rendas e o agravamento das exigências senhoriais, isto é, contra a opressão senhorial; assim é contra as tentativas de lhe serem retirados os baldios e o direito ao uso comum de terras particulares, isto é, contra o individualismo agrário, como expressão do avanço das formas capitalistas de exploração da terra; assim é também perante as invasões militares estrangeiras, como em 1762, 1801, 1807, 1809 e 1810; assim é ainda contra as frequentes pretensões e abusos dos habitantes de povoações vizinhas, nomeadamente quanto ao uso de pastos, baldios e águas. Nestas situações irrompem com frequência actos de violência popular que assumem particular importância para o desenvolvimento de estreitas colaborações e cumplicidades colectivas só possíveis na base de inequívocas solidariedades horizontais. Tanto mais que as reacções violentas são legitimadas pelas agressões e sofrimentos, mesmo eventualmente reconhecidas como necessárias e até socialmente dignificantes aquando de intervenções estrangeiras.

Acontecimentos desta natureza persistem longo tempo na vivência das comunidades rurais, o que nos remete para o papel da memória como importante factor de coesão. Formando-se segundo um processo caótico, a memória colectiva agrupa arbitrariamente factos dispersos pela sua analogia, mesmo que para tal sejam esquecidos ou subalternizados aspectos de diferença. A partir daqui pode formar-se uma tradição contestatária que entra na memória colectiva através de diversos meios, como a tradição oral, o folclore, os desfiles do Carnaval, as poesias populares ou os rimances recitados e cantados pelos cegos ou pelos poetas populares nas feiras¹. E, também nas feiras, as representações teatrais e de fantoches sobre factos da história longínqua ou do imaginário popular².

A memória popular pode subjazer no imaginário, apenas mantida pelos vínculos entre as gerações, ou pode ser um instrumento social e politicamente

¹ Como aconteceu após 1846 e durante largos anos no Minho com a história da heroína popular Maria da Fonte ou nas serras do Algarve com as aventuras do Remexido. Alguns acontecimentos e figuras populares célebres foram mesmo contados em redondilhas pelo talentoso poeta popular algarvio António Aleixo.

² Em criança, nas feiras do Algarve, assisti frequentemente a espectáculos de fantoches deste género, que tinham sempre grande impacto na larga assistência, como sobre a expulsão dos jesuítas, em que se via um cruel marquês de Pombal a atirá-los ao Tejo, onde eram comidos pelos tubarões, ou sobre histórias de mouras encantadas ou de cavaleiros cristãos que lutavam vitoriosamente contra os mouros para libertarem princesas que estes haviam raptado e encerrado nos seus castelos.

interveniente, reactivado por factores provocatórios semelhantes e com um sentido finalista, quer dirigido para a contestação progressista, quer conservadora. A memória colectiva contribui ainda para a coesão aldeã como suporte fundamental da permanência secular dos rituais e das formas do protesto popular, bem como de um conjunto de características que sedimentam a componente menos volátil da que poderemos designar por «cultura popular e profunda».

No desenvolvimento destes factores de coesão, o papel da mulher é fundamental. Alguns autores, quando se lhe referem, têm-se limitado a citar as diversas tarefas que executa na organização doméstica. Mas deverão ser destacados quatro outros aspectos mais importantes. Em primeiro lugar, numa agricultura familiar de subsistência (que no Portugal do Antigo Regime ocupa boa parte do território) é a mulher que assegura a regularidade dos trabalhos agrícolas, enquanto o homem trabalha no exterior (como assalariado ou na emigração). Nestas condições, chegou a falar-se, embora sem total propriedade, em «sociedade matriarcal», sobretudo para o Noroeste atlântico. Em segundo lugar, a mulher tem um papel central na transmissão dos hábitos e costumes familiares e na conservação dos códigos morais públicos e privados e dos elos tradicionais da sociabilidade aldeã. Além disso, pode considerar-se a «reserva colectiva» na preservação do culto e dos rituais religiosos tradicionais. Em consequência, quando estes valores estão ameaçados, a sua intervenção, em geral, radicaliza o protesto, impelindo assim à convergência das vontades individuais. As suas armas são os gritos, os instrumentos de trabalho agrícola, os paus e as pedras, reservando-se o uso das armas de fogo para os homens, que nessas circunstâncias se colocam na primeira fila do ajuntamento. Desta maneira, com excepção das regiões de latifúndio, em geral, a sua influência exerce-se, simultaneamente, num sentido radicalizante e conservador. Note-se, porém, que a mulher socialmente aceite e plenamente integrada na comunidade local é a casada, mesmo quando vive só por emigração do marido, ou a viúva, sobretudo quando, nestes casos, tem a responsabilidade do agregado familiar. Algumas destas vimos na liderança de movimentos de protesto popular no final do Antigo Regime e ao longo da primeira metade de Oitocentos.

Factores de outras naturezas vão, ao contrário, ameaçar a coesão das comunidades, provocando rupturas profundas. Como resultado do aumento do comércio do produto agrícola (de que é expressão a brutal e generalizada subida dos preços desde 1789-1790) e, consequentemente, da crescente integração do local nos circuitos comerciais, tendo como um dos efeitos a expansão do individualismo agrário, aumentam em proporções nunca vistas os desníveis de riqueza entre os membros da localidade. Confrontam-se cada vez mais os camponeses pobres da pequena exploração familiar com os ricos agricultores (proprietários plenos ou enfiteutas) e os criadores de gado.

Desigualdades sempre as houvera, velhas de séculos, entre os que detinham o domínio (directo e/ou útil) de terras e os que as possuíam em regime precário, sujeitos a pesadas cargas, segundo um sistema de relações tradicional cujo fundo de legitimidade, em geral, não se questionava, mas sobretudo os abusos que à sombra dele se praticavam. Agora, porém, tratava-se da opressão exercida por homens de semelhante nascença e condição que dos outros se distinguiam apenas por terem mais poder pelo dinheiro. O facto de só então essa diferenciação ser tão vivamente sentida, ao ponto de se traduzir em confrontos violentos, dá-nos uma significativa indicação sobre a predominante longa estabilidade com que as desigualdades tinham até aí coexistido nos campos. O dinheiro aparecia agora como um novo instrumento de submissão, seguindo regras mais implacáveis e até aí não habituais. Com ele ofereciam-se os lanços mais altos nas arrematações públicas de baldios, maninhos e pastos, perante a impotência dos menos abastados; com ele, submetiam-se à condição de assalariados os camponeses endividados de pequenas explorações, num processo que se acelera no último quartel do século XVIII; com ele subornavam-se as gentes das governanças locais e até se influenciavam os corregedores, abafando os protestos dos humildes; e até com ele se alcançavam favores que normalmente só eram conseguidos por privilégio ou graça régia (como, entre muitos outros exemplos, no caso dos recrutamentos militares).

Estavam, desta maneira, criadas condições propícias para a implantação, cada vez mais consistente na mentalidade rural, da utopia de um «comunitarismo agrário», na base da igualdade e da justiça. E assim, desde finais do século XVIII, cresce nos meios rurais portugueses uma espécie de justificação evangélica para um igualitarismo que pode virar-se contra a minoria dos mais ricos e influentes e assumir mesmo formas violentas em momentos de intensa agitação social, como durante as invasões francesas (de 1808 a 1810), na revolta da Maria da Fonte (1846) e na guerra civil da Patuleia (1846-1847).

No entanto, tais factores de coesão e de ruptura nas colectividades rurais nesse final do Antigo Regime não são necessária e linearmente determinantes dos tipos de solidariedade que nelas se desenvolvem. A realidade, mais complexa, é atravessada por linhas transversais que exigem uma análise fina de cada situação.

Sem dúvida que nesse tempo são predominantes as solidariedades horizontais como resultado da estratificação social com base nos diferentes graus da propriedade e posse da terra e em certos privilégios de que gozavam as elites locais que dominavam as governanças e as mesas das confrarias e irmandades e das misericórdias (e desta maneira também o crédito local). Com efeito, numa primeira fase da contestação anti-senhorial vemos serem as movimentações desencadeadas e sustentadas pelas camadas baixas, de camponeses, sujeitos às mais pesadas cargas e exigências senhoriais, à

maior pressão dos recebedores das rendas e aos processos judiciais, penhoras e arrestos em consequência do seu crescente endividamento. Da mesma maneira, eram eles os prejudicados com o agravamento na distribuição dos encabeçamentos (sobretudo das sisas) resultante da isenção por privilégio de alguns. Referimos atrás também como depois a expansão do individualismo agrário e a criação extensiva de gado criavam interesses antagónicos dentro das colectividades rurais, opondo os mais pobres aos mais ricos, numa distância que se acentuava cada vez mais. Solidariedades horizontais vemos igualmente serem predominantes no Portugal mediterrâneo, onde a população rural é maioritariamente constituída por assalariados rurais ou com um vínculo muito precário à terra (seareiros), contra os grandes proprietários e criadores de gado na luta pelo salário e pela defesa das terras comuns. Assim, até final do Antigo Regime, em Portugal, estas persistentes solidariedades horizontais, ao nível inferior da sociedade rural, reforçam a coesão das comunidades campesinas em torno da identificação dos indivíduos com o território que lhes é familiar e do reconhecimento dos problemas comuns nesse espaço. E são, assim, um dos factores estruturantes da simples sociabilidade tradicional.

Mas tal não impede que dentro da comunidade se desenvolvam linhas de solidariedade vertical, nomeadamente quando surgem motivos de ordem religiosa, quando as camadas baixas procuram apoio para a sua segurança ou quando convergem com as elites locais na luta pelo reformismo senhorial.

No caso dos motivos religiosos que afectam igualmente toda a colectividade — como a usurpação de imagens de santos, mudanças de párocos, construção de igrejas, proibição de enterramentos nas igrejas, resultados de cismas religiosos, acusações contra cristãos-novos, acusações de bruxaria, entre outros — vê-se que a solidariedade aldeã abrange desde o lavrador-proprietário abastado ao jornaleiro, sendo, em geral, muito destacada a intervenção das mulheres. O mesmo nos levantamentos aquando das invasões francesas, em que, após uma fase de rebeliões espontâneas e anárquicas, a insurreição popular contra os invasores foi enquadrada e dirigida pelas «juntas», cujos membros eram maioritariamente elementos das elites locais, altos membros do clero e oficiais de elevada patente que as camadas baixas reconheciam garantir-lhes maior protecção. Igualmente solidariedades de tipo vertical se desenvolvem em vilas e aldeias desde os últimos decénios pré-liberais, como aquando da que poderemos identificar como a segunda fase da contestação anti-senhorial. O fenómeno torna-se compreensível tendo em conta alguma alteração na composição social das elites locais que, sendo mais notória após 1834, não deixa de ser visível já no final do Antigo Regime, mesmo quando não se reflecte imediatamente na composição das governanças. A debilitação do poder senhorial, provocando um processo de algum desgaste das antigas oligarquias locais, conjugada com o crescente reforço de

uma burguesia rural, embora ainda parcialmente dependente do complexo senhorial, abre condições para a ofensiva conjugada dos lavradores abastados e dos camponeses contra certas imposições senhoriais³. Entre outras, citemos duas situações significativas.

Uma refere-se à contestação dos direitos banais, incidindo sobre a utilização de moinhos, azenhas, lagares (prensas para vinho e para azeite), açougues, fornos de olaria e de telha, de cal e de pão. O controlo senhorial sobre estes meios de produção fixos fabricados pelo homem só era possível manter-se para os que se conservavam, nas formas tradicionais, a um nível tecnológico rudimentar. Os senhores não se interessavam em investir na sua modernização, garantido como estava esse controlo por imposição jurídica. Em consequência, foram sendo colocados em desvantagem perante a crescente concorrência que lhes era movida por agricultores e negociantes abastados, que em número cada vez maior construíam lagares e moinhos mais modernos e que disponibilizavam em condições mais vantajosas. Os longos e maus caminhos que muitas vezes era preciso percorrer para chegar aos lagares senhoriais, bem como as deficientes condições no funcionamento destes, provocavam a deterioração da azeitona e da uva, com grandes prejuízos para os agricultores. Além de que a utilização dos lagares não senhoriais permitia que o produtor escapasse ao controlo do senhorio, o que era especialmente importante nos casos em que este recebia uma parte da produção (nas adegas e nos lagares é que muitas vezes se fazia a partilha dos dízimos e rações). Desta maneira, a recusa a cumprir certos direitos banais resultava mais eficaz pela solidariedade que se estabelecia entre uma abastada burguesia rural e os pequenos agricultores⁴.

Nesse final do Antigo Regime, outra situação significativa de solidariedade vertical ocorre no decénio anterior à revolução liberal, quando o reformismo régio, a partir do Rio de Janeiro, põe em causa alguns direitos senhoriais com a preocupação de melhorar as condições da produção agrícola nacional. Para além da carta régia de 1810, que é sobretudo uma declaração de intenções, a maior controvérsia será desencadeada pelo alvará de 11-4-1815, que, visando incentivar o cultivo das vastas terras abandonadas, isentava os que as arroteassem de direitos, imposições e dízimos entre dez e trinta anos, mesmo quando situadas nos domínios senhoriais. Agricultores abastados, foreiros e até jornaleiros são beneficiados com essa medida, que acaba mesmo por activar atitudes de resistência ao pagamento de direitos senhoriais noutras terras. No forte embate com os senhores, que por vários meios tentam impedir a aplicação

³ Prova da presença dessa classe abastada de agricultores nos protestos é o número de cruzes ou assinaturas com caligrafia muito irregular que se encontram nas exposições e que, em geral, não ultrapassam os 50%.

⁴ V. José Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, 1, pp. 127-129.

desta medida, várias câmaras entram em confronto com os donatários, tão duramente como não víramos até aí, confirmando as referidas transformações que desde o último quartel do século anterior tinham vindo a verificar-se a nível da composição e natureza social das elites locais.

MUDANÇAS NA SOCIABILIDADE TRADICIONAL

No quadro rural, as estruturas antigas de sociabilidade — como as confrarias e irmandades, as misericórdias —, reunindo e servindo as elites locais, não abriram o caminho ao desenvolvimento de novas formas associativas, prosseguindo antes na linha tradicional. Mas, sem ligação com esta, surgem desde a primeira metade do século XVIII novos tipos de associativismo: além da Academia Real da História, em 1720, e outras em Lisboa, são criadas em diversas vilas e cidades da província, em número superior a uma dezena, sociedades ou grémios de inspiração iluminista, como em Torre de Moncorvo, Penafiel, Ponte de Lima, Santarém, Guimarães, Braga, Viseu. O seu posicionamento mais ou menos visivelmente antifeudal não deixará de ter alguma influência nos meios rurais circundantes, tanto mais que os seus membros mantinham contactos directos com lavradores, visando a divulgação de conhecimentos úteis ao progresso da agricultura⁵. O que não excluía alguma carga política, para o que bastará lembrar, por exemplo, as posições antiabsolutistas de Alexandre de Gusmão.

Entretanto, para as camadas rurais baixas, os espaços e meios de sociabilidade continuavam os mesmos: igrejas, festas religiosas e pagãs, feiras e mercados, actos comemorativos diversos. Porém, desde o último quartel do século XVIII, um conjunto de factores exteriores ao mundo rural ou que se desenvolvem dentro de si vai provocar algumas mudanças nas formas e espaços de sociabilidade das comunidades. Contribuem para a sua integração em espaços mais amplos, sem que tal signifique, no entanto, uma transformação profunda e generalizada.

Entre esses factores salientemos a maior fluidez do comércio interno, que, como dissemos atrás, tem o mais significativo índice na brutal e generalizada subida dos preços nos últimos anos da década de 1780. Os efeitos nos meios rurais fazem-se sentir, entre outros aspectos, nas comunicações mais regulares, na maior celeridade e amplitude na transmissão das informações, na mais fácil convergência das opiniões, contribuindo, assim, para diminuir o isolamento das comunidades tradicionais.

⁵ Como exemplo, veja-se a abundante correspondência trocada com lavradores de várias partes do país existente na secção dos manuscritos azuis do arquivo da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Deverá ser destacado também o efeito da intensificação das lutas anti-senhoriais ao longo do século XVIII, em que poderemos distinguir duas fases. Numa primeira, as contestações predominantemente espontâneas e defensivas, normalmente acompanhadas de actos de violência isolados, limitam o alcance da acção, reduzindo-a a uma simples relação provocação-reacção. À medida, porém, que se avança no último quartel do século, os movimentos camponeses apresentam frequentemente três novas características. Primeira, o protesto é muitas vezes simultaneamente defensivo e ofensivo, ou melhor, não raro evolui de uma atitude defensiva para ofensiva, o que já exige alguma organização e estratégia da luta. Além disso, ao contrário do que acontece com as acções violentas, que levantam contra si as forças repressivas do poder régio, com o qual o diálogo fica assim bloqueado, agora os movimentos, mesmo quando assumem algumas formas de violência, não provocam em geral o corte total da comunicação com o poder judicial e político-administrativo, dirigindo-lhe defesas jurídicas e exposições até às mais altas instâncias de decisão régia. Tal é propiciado pelo facto de o trono, desde a década de 1780, e contrariamente ao que ocorrera até aí, ter manifestado maior disposição para auscultar a sociedade. Perante o agravamento das tensões sociais (sobretudo as de natureza anti-senhorial) e o espectro da Revolução Francesa, decidiu abrir certas válvulas de decompressão social, tais como as audiências semanais ao povo e o incentivo ao direito de petição e de representação ao monarca. O movimento peticionário, muito amplo, traduziu-se em inúmeras representações e exposições ao Desembargo do Paço de vários pontos do país, por vezes com centenas de assinaturas (ou cruces) de agricultores⁶.

Sendo facilitada, desta maneira, a congregação das vontades individuais, constitui um factor de abertura a novas formas e novos espaços de sociabilidade. As súplicas, protestos e exposições que partem do local para os órgãos decisórios centrais correspondem, assim, na grande maioria dos casos, não a uma relação individualizada, mas à expressão do «corpo» local mediado por câmaras e advogados, havendo a consciência de que o êxito dependerá, em boa parte, da coesão dos apelantes. E a força da representação informal tem influência não apenas, eventualmente, nos órgãos superiores de decisão, mas igualmente nos intervenientes locais.

Nestas condições, a acção dos advogados é indispensável para organizar os processos, redigir as exposições colectivas às instâncias judiciais, obter o acordo dos interessados, dar-lhes consciência dos seus direitos e traçar a estratégia da luta por eles, aparecendo assim, na prática, como líderes de

⁶ Entre muitos outros, veja-se o movimento contra o emprazamento de terras comuns na região de Braga em 1806-1807 que reuniu numa exposição ao trono mais de 2500 agricultores.

muitos movimentos. Além da influência de outros intermediários culturais, com destaque para os párocos, os tabeliães e os secretários das câmaras. Estabelece-se, desta maneira, uma corrente de sentido duplo que permite às populações rurais uma relação indirecta com as altas esferas políticas e, ao mesmo tempo, reconhecer quanto estas eram mais ou menos receptivas aos seus protestos. Embora o quotidiano e o local continuassem a ser a dimensão predominante da vida comunitária, assinalam-se em Portugal, assim, desde a década de 1780, novos elementos de um relacionamento mais estreito entre o local e os centros superiores de decisão política.

Podemos ver também como as lutas em torno de objectivos que ultrapassavam o âmbito da aldeia geravam novas formas de sociabilidade rural, orientadas agora para interesses comuns e espaços mais amplos. Desta maneira, abriam-se experiências colectivas novas e novos espaços públicos participativos, ampliados pelas reivindicações campestinas, de que estavam ausentes ou eram subalternizadas as oligarquias tradicionais do Antigo Regime. Nas lutas anti-senhoriais que atingiam maior amplitude, o local inseria-se, assim, num sistema de relações solidárias que permitia a projecção da sua identidade num plano global. Alcançando um nível mais elevado de mediação, o local transmite e absorve mensagens ao longo de um processo que, embora descontínuo, tem efeitos nos agentes envolvidos. Ultrapassando as simples contestações ocasionais limitadas à aldeia, estas novas formas de sociabilidade contêm já elementos de uma futura politização⁷. Mesmo quando são usadas ainda as velhas formas e meios, os protestos começam a apresentar, com visibilidade crescente, conteúdos novos que têm o sentido de uma contestação mais frontal do sistema económico-social.

Vejamos então qual o significado do espaço aberto por essas novas formas de sociabilidade que emergem nas comunidades campestinas portuguesas no final do Antigo Regime. Podemos começar por verificar que, embora impregnando-se de algum sentido político, não são tão diferentes das da sociabilidade tradicional. Mas não se deverá dizer que existe uma sequência ou filiação entre elas. Haverá antes uma contaminação mútua que assume grande variedade de características e diversidade regional. Por outro lado, as novas formas e espaços de sociabilidade definem-se sobretudo num horizonte limitado ao objecto da contestação, sem que tal implique compromisso político. Será necessário esperar pelos finais do terceiro quartel do século XIX, com as práticas eleitorais frequentes e alguma abertura cultural dos meios rurais, para

⁷ São muitos os exemplos, como o de várias aldeias dos concelhos da Feira, Oliveira de Azeméis e Arouca que se recusaram a obedecer à ordem de participar em procissões de prece pelas melhoras da saúde da rainha, em 1792, pelo que sofreram forte repressão.

que estes comecem a intervir com alguma regularidade no sistema político global.

Em tais condições, julgamos que antes de 1820 não se poderá falar em prática política popular em Portugal. Apenas em intervenções a diversos níveis e sob diferentes formas, as quais, mesmo em monarquia absoluta, e usando a considerável autonomia do poder municipal, não raro afrontavam o Estado e abriam canais de protesto directamente dirigidos ao monarca. Não podendo tais manifestações ser comparáveis às práticas políticas modernas, não se deverá negar, porém, que na sua formulação elementar encerram alguns germes políticos.

No entanto, não caracterizaremos este estádio como de «infrapolítica», segundo a redutora visão dicotómica proposta por alguns autores, em oposição à «verdadeira política». São escalas de valores que não podem ser rigidamente hierarquizadas, mas avaliadas com o seu significado e sentido sequencial próprios, de acordo com o processo em que se desenvolvem e as influências mútuas que permanentemente exercem. A natureza do lento processo de aculturação que está na base da formação da «política local» não resulta do simples preenchimento de um vazio (reduzido a elementares pulsões instintivas e casuísticas) por uma cultura política «superior», mas da mistura de dois tipos de culturas, ambas, repetimos, com o seu valor próprio.

O estudo dos levantamentos camponeses em Portugal permitiu-nos verificar a identidade de comportamentos e a continuidade dos rituais desde o século XIV ao século XIX, e mesmo além, como traços caracterizadores de um fundo de cultura popular. Sabe-se como uma nova fase do estudo desta temática foi aberta desde que, a partir dos fins da década de 1960, a antropologia política passou a interessar-se pela política no mundo rural e a interpretar tais símbolos e rituais na perspectiva da organização do espaço político. Definiam-se assim em termos novos as condições de funcionamento da política no local e admitiam-se novos parâmetros de «fazer política»⁸.

Antes de tudo, haverá que ter em conta, como dissemos, que, no Antigo Regime, o predomínio das formas colectivas de representação do local preservava o «corpo» como unidade essencial de mediação. E, assim, sendo reduzido o espaço para as opções políticas individuais ou de facções, estava dificultado o desenvolvimento do processo de politização. Contrariamente, pois, ao que acontecerá mais tarde, em plena expansão do regime liberal, quando as relações pessoais dos caciques locais com os círculos políticos superiores, numa densa teia de cumplicidades e favores recíprocos, permite a projecção directa da política nacional, com as suas diferentes opções, sobre a vida local.

⁸ V., sobretudo, Balandier, *Anthropologie politique* (1967), e Abélès e Henri-Pierre Jeudy, *Anthropologie du politique* (1997).

No Antigo Regime, ao invés do que acontecerá em pleno regime liberal, as elites locais não dependiam para serem eleitas da população, que na esmagadora maioria estava alheada do escrutínio, nem a sua influência local resultava das cumplicidades e favores recíprocos com os «marechais» da política central, mas do grau de autonomia em face desta. Gozavam, desta maneira, de uma ampla margem de manobra para usarem o poder a seu favor ou em defesa das gentes locais contra as instâncias mais elevadas. O que não exclui serem frequentes as situações de cumplicidades e trocas recíprocas de favores das elites locais com autoridades intermédias, nomeadamente corregedores.

Podemos, assim, considerar três fases distintas. Durante o Antigo Regime, na mediação com o poder central, o colectivo local utiliza os seus meios próprios, mesmo quando os notáveis locais conflituam com as populações. Diferente, pois, do que ocorre desde a implantação definitiva do Estado liberal (1834), em que as elites ou caciques locais são os intermediários individuais com os círculos políticos superiores. E diferente ainda da fase em que os partidos políticos, projectando a sua organização sobre o território nacional, tornam muito mais dependentes os influentes locais das extensões periféricas dos directórios partidários. Ao contrário, assim, das fases anteriores, em que, mesmo com diferentes agentes, era a defesa dos interesses colectivos locais que se sobrepunha, nesta última fase são opções políticas exteriores ao local que são cada vez mais determinantes nos comportamentos das populações. Tal não acontecerá ainda, porém, nem na I República, em que a mediação é predominantemente de ordem pessoal, segundo uma lógica em grande parte local, nem no Estado Novo, que impedia a formação de novos grupos sociais que representassem opções políticas diversificadas, procurando-se que a integração política do local se fizesse segundo uma corporação de interesses local/nacional. Só após o 25 de Abril de 1974, com a implantação firme do regime democrático e o sistema partidário relativamente evoluído, se assistirá à mais acentuada sobreposição dos directórios partidários sobre as elites locais.

A COABITAÇÃO DA «ALTA» E DA «BAIXA POLÍTICA»

Este quadro define-se mais rapidamente no mundo urbano seguinte à vitória liberal de 1834, mas no mundo rural só se forma com alguma estabilidade desde a década de 1840. Coabitam então nas povoações rurais dois tipos de política: a «alta» e a «baixa política», como definiu Ravis-Giordani, ao estudar a aculturação política dos camponeses nas comunidades rurais corsas dos séculos XIX e XX⁹.

⁹ «L'alta pulitica et la bassa pulitica», in *Études rurales*, Julho-Dezembro de 1976, sob o título «Pouvoir et patrimoine au village».

Ao longo da história liberal e mesmo da República vemos como são frequentes as reacções colectivas das populações rurais, por diversas formas, contra a opressão dos notáveis, que acusam de «serem cúmplices de poderes exteriores de que se teriam servido para imporem a sua própria hegemonia». Porém, embora desenvolvendo-se segundo valores diferenciados, «alta» e «baixa política» em certas fases podem convergir. É quando os interesses da comunidade se sobrepõem aos interesses gerais ou prevalece a desconfiança — desconfiança quase permanente, na verdade — de que os interesses locais são ameaçados por forças exteriores. Neste caso — como, aliás, é tão frequente no mundo rural — predomina o pragmatismo, que leva a que os protagonistas da «baixa política» compreendam que serão mais bem protegidos se tiverem o apoio dos protagonistas da «alta política» e estes, por seu turno, tiverem a consciência de que não só a sua força política local mas até a sua influência junto dos centros nacionais de decisão em grande parte advém de não perderem a confiança daqueles. Daqui a oscilação e a ambiguidade permanentes nas relações entre os notáveis locais e as direcções políticas nacionais (os chamados «marechais»). Julgo que é nesta relação triangular que se poderá entender muito da estabilidade e instabilidade da vida política local portuguesa desde 1834 até final da I República.

O debate entre nós foi aberto pela primeira vez, explícita e aprofundadamente, na década de 1840, mais exactamente na preparação das eleições de 1846. Dividiram-se então as opiniões sobre se os deputados deveriam obedecer estritamente ao programa em que foram eleitos ou se poderiam ter liberdade de acção no parlamento. Era a questão do denominado «mandato categórico» ou «mandato imperativo», também chamado «mandato obrigatório», para saber se o deputado dependia das populações locais que o tinham elegido ou dos estados-maiores das organizações por que haviam sido eleitos. Rejeitando-se frontalmente o «mandato obrigatório» nas assembleias preparatórias das eleições, defendeu-se mesmo, expressamente, ter maior influência o deputado que «obedece simplesmente à sua inspiração e convicção». A fundamentação é bem desenvolvida no discurso de José Estêvão na reunião da Associação Eleitoral de Lisboa em 22 de Setembro de 1846: «Apresentar o desejo imoderado de governar e guiar os eleitos podia tirar ao parlamento a força moral, a dignidade e a influência sobre a opinião pública e enfraquecê-lo pelos mesmos meios por que se queria robustecê-lo» [...] O mandato imperativo, ainda que fosse aplicável, não era conveniente.» A questão, porém, não era vista da mesma maneira tratando-se de deputados eleitos pelas províncias ou por Lisboa: no primeiro caso, o princípio seguido, sem reservas, era o da liberdade plena, pois o vínculo aos eleitores tinha sobretudo natureza pessoal, ao passo que os segundos estavam directamente dependentes das cúpulas de notáveis, os «marechais», e mais cingidos a

compromissos programáticos, por se haverem empenhado na sua elaboração e se terem apresentado com eles face ao eleitorado, muitas vezes em reuniões públicas ou através da imprensa¹⁰.

Além de que os princípios disciplinadores eram lassos, como resultado da falta de consistência ideológica, da imprecisão programática e da fragilidade organizativa das formações políticas, de que resultava o primado da influência do cacique, na teia de interesses locais, sobre o «aparelho partidário». Daí também a volatilidade do voto e a constante «errância» dos deputados no parlamento.

A partir da altura em que os partidos passam a apoiar-se em organizações mais largas e consistentes e os dirigentes, em congressos ou assembleias amplas, procuram legitimar-se pelo suporte dos militantes ou simpatizantes, modifica-se a relação entre as direcções partidárias e os notáveis locais que também as sustentam. É o que acontece após o terceiro quartel do século XIX. Vão-se desequilibrando, assim, a favor dos «marechais» os precários compromissos que se haviam estabelecido desde 1834.

NOTAS FINAIS

No conjunto das relações (de conflito, de convergência) entre os vários planos e agentes da vida política local vimos como as subjacentes solidariedades de tipo horizontal e de tipo vertical, para além das linhas genéricas, exigem compreensão a partir de situações concretas.

No que diz respeito às incidências no plano da cultura política, parecem-nos evidente que as solidariedades horizontais se caracterizam, em geral, por comportamentos «arcaicos» e as verticais, dominadas pelos notáveis locais, têm efeitos mais profundos na aculturação política dos rurais.

Vimos as comunidades locais no Antigo Regime serem atravessadas por fortes confrontos entre ricos e pobres, sobretudo aquando das fases mais intensas da luta pela terra e contra o avanço do individualismo agrário. Assistimos, igualmente, a violentos conflitos entre assalariados e grandes proprietários rurais no Portugal mediterrâneo, que prosseguiram em crescendo ao longo dos séculos XIX e XX e atingiram maior intensidade e regularidade quando foi mais influente a acção do associativismo dos trabalhadores rurais e do Partido Comunista Português.

À medida, porém, que se consolidava o regime liberal, numa boa parte do país as solidariedades verticais pareciam alargar-se nos meios rurais. Os

¹⁰ Cf. José Tengarrinha, *Obra Política de José Estêvão*, 1, 1962, pp. 325 e 330, e «Os primórdios dos partidos políticos em Portugal», in *Partidos Políticos e Sociedade* (coord. Jorge Miranda), *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 2002, pp. 25-47.

pobres e indigentes atenuam a sua contestação da ordem estabelecida, aceitando-a na medida em que as elites locais, abastadas, lhes dispensam protecções, dádivas, serviços. O que faz amortecer a conflitualidade e as tensões sociais esvazia as pretensões igualitaristas dos humildes e valoriza o discurso da Igreja sobre os méritos da pobreza. Como diz Henri Mendras, «as sociedades camponesas parecem fundar o seu sistema social sobre um arranjo entre homogeneidade cultural e diversidade social»¹¹. Desde a segunda metade do século XIX, em Portugal, o clientelismo e a contratualidade expandem-se, constituindo cada vez mais a base essencial do relacionamento entre os membros de uma grande parte das comunidades rurais. É a partir daí que se desenvolve em alguma da nossa literatura oitocentista o tema da «paz e concórdia nos campos», como uma «ordem eterna» garantida pela passividade camponesa. Esta realidade tem em grande parte na sua base o regime de exploração agrícola da parceria com implantação muito alargada no país. Podemos ver a longa permanência da parceria em Portugal (até à Lei do Arrendamento Rural de 1975) tanto como factor preservador dessa concórdia como expressão de atitudes predominantes de acomodação social em zonas de pequena exploração familiar incipientemente comercial. Representa, assim, numa boa parte dos campos portugueses, o esteio da paz social e da calma política, asseguradas pela submissão dos agricultores aos proprietários, com quem criam frequentemente laços de compadrio e de protecção que não raro se estendem aos familiares. Contribuía, assim, também para tornar mais dispersa a população agrícola, cada família estando desta maneira presa a um contrato, muitas vezes verbal, com o proprietário, que a isolaria da comunidade cívica e a tornaria imune a influências estranhas. Nestas condições, nas regiões onde a parceria é dominante torna-se difícil a penetração do político, ou melhor, este assume tendencialmente a natureza de respeito pela hierarquia e pela ordem social dominante e, logicamente, pela ordem política.

Dois factores, porém, irão alterar este antigo equilíbrio. Por um lado, a atracção exercida pelos centros industriais próximos sobre os chefes de família sem que estes abandonassem a exploração agrícola. É um fenómeno que toma maior dimensão desde o final do século XIX, quando os membros masculinos das explorações agrícolas familiares constituíram uma reserva de força de trabalho assalariado para a indústria extractiva (como, por exemplo, desde tempos atrás fora na zona do cabo Mondego, onde o início da exploração data do 3.º quartel do século XVIII, e também noutros locais, como Torre de Moncorvo) e para a indústria transformadora (como no Grande Porto, Vale do Ave, Guimarães, área de Fafe, Covilhã, entre tantos outros).

¹¹ *Les sociétés paysannes*, p. 85.

O novo salário tornava o rural menos dependente (económica e culturalmente) do proprietário agrícola, ao mesmo tempo que a sua condição de operário o fazia politicamente mais evoluído, encarando a sua situação social menos na situação de «protegido» e mais na de «explorado».

O segundo factor tem a ver com as remessas dos emigrantes, que também fazem com que o agregado familiar agrícola passe a depender menos do proprietário, o que poderá conduzir, a médio prazo, à maior independência económica da família, seguindo a tendência para que o regime de parceria evolua para a propriedade plena ou o arrendamento. O que fora, desde a segunda metade do século XIX, o regime estruturante de uma parte do país rural e que poderia definir-se como um verdadeiro pacto social com incidência política ir-se-á retraindo e, com isso, a realidade do clientelismo e da contratualidade sofrendo lentamente alguma alteração ao longo da segunda metade do século XX. Sem que, porém, se apague a atitude respeitadora e deferente dos menos abastados perante os notáveis locais, de quem recebiam ainda variados favores e protecção, entre os quais o suplemento salarial indispensável para a estabilidade da economia doméstica, no quadro da longa coexistência e até complementaridade de modalidades de exploração capitalista e pré-capitalista, que é então uma das bases do equilíbrio do mundo rural português. Com efeito, em meados do século XX o impulso industrial e a concentração das grandes empresas agrícolas foram acompanhados, não de uma retracção, mas de uma expansão da agricultura familiar. Esta atingiu mesmo um dos níveis mais altos em 1970. A agricultura familiar ocupava nessa altura cerca de 70% da área total cultivada e o seu contributo para o produto agrícola foi de 75%. Na aparência, paradoxalmente, a expansão do mercado e a pressão da agricultura comercial em níveis muito mais elevados é que tornariam mais evidentes algumas vantagens da agricultura familiar sobre as grandes explorações. Desta maneira, as diversas relações de produção agrícola não se excluíam, antes se integravam organicamente, segundo modalidades diversas. Embora o sistema dominante, capitalista, criasse condições favoráveis para que, em graus e formas diferentes das anteriores, como sob o regime da parceria, se mantivesse a agricultura familiar numa rede clientelar e de alguma dependência¹².

BIBLIOGRAFIA

I — OBRAS DE AUTORES PORTUGUESES

- ALMEIDA, JOÃO FERREIRA DE (1987), «Párocos, agricultores e a cidade: dimensões da religiosidade rural», in *Análise Social*, n.º 96, vol. XXIII, pp. 229-240.
- ARRIAGA, JOSÉ DE (1886-1889), *História da Revolução Portuguesa de 1820*, 4 vols., Porto.
- CUTILEIRO, JOSÉ (1977), *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa.
- FELJÓ, RUI (1983), «A revolta dos pinotes. Mobilização rural e urbana em Viana no tempo da Patuleia», in *Ler História*, 2, pp. 61-82.
- FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA SÁ E MELO (1983), «Mudança política, religião e cultura popular: o «cisma» da granja do Tedo», in *Ler História*, 2, pp. 41-60.
- FERREIRA, MARIA DE FÁTIMA SÁ E MELO (2002), *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*, Porto
- FONSECA, HÉLDER ADEGAR (1983), «Senhorio, rendeiros e foreiros na primeira metade do século XIX. Situações e conflitos. Um caso do termo de Alenquer», in *Ler História*, 2, pp. 15-39.
- MARQUES, FERNANDO PEREIRA (1999), *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do século XIX*, Lisboa.
- MONTEIRO, NUNO G. (1985), «Lavradores, frades e forais. Revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça (1820-1824)», in *Ler História*, 4, pp. 31-87.
- PROENÇA, MARIA CÂNDIDA, «As cartas de adesão ao movimento liberal. Comportamento das autoridades civis e religiosas (1820/1823)», in *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*, AAVV, Lisboa, Vega, s. d., pp. 131-141.
- RUIVO, FERNANDO (1990), «Local e política em Portugal: o poder local na mediação entre centro e periferia», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 30, Junho, pp. 75-95.
- SERRA, JOÃO B. (1987), «Religião e política num espaço rural: Outubro de 1910», in *Ler História*, 11, pp. 117-134.
- SILVA, ARMANDO B. MALHEIRO DA (1987), *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e Inventário*, Braga, Universidade do Minho.
- TELES, BASÍLIO (1904), *Carestia da vida nos campos. Cartas a um lavrador*, Porto.
- TENGARRINHA, JOSÉ (1962), *Obra Política de José Estêvão*, 2 vols., Lisboa.
- TENGARRINHA, JOSÉ (1994), *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1751-1825)*, 2 vols., Mem Martins.
- TENGARRINHA, JOSÉ (1998), «Lavoro familiare e lavoro salariato», in *Alla ricerca del lavoro. Tra storia e sociologia: bilancio storiografico e prospettive di studio*, a cura di Angelo Varni, Turim, Rosenberg & Sellier, pp. 163-174.
- TENGARRINHA, JOSÉ (2000), «Le monde rural portugais au XVIII et au XIX siècles», in *La politisation des campagnes au XIX siècle France, Italie, Espagne, Portugal, Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome* (Roma, 20-22 de Fevereiro de 1997), Roma, pp. 315-326.
- TENGARRINHA, JOSÉ (2001), «Paysannerie et contre-révolution au Portugal», in *Actes du colloque «La contre-révolution en Europe, XVIII-XIX siècles. Réalités politiques et sociales, résonances culturelles et idéologiques»*, Presses Universitaires de Rennes.
- TENGARRINHA, JOSÉ (2002), «Os primórdios dos partidos políticos em Portugal», in *Partidos Políticos e Sociedade* (dir. Jorge Miranda), *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, vol. 3, pp. 25-48.
- TENGARRINHA, JOSÉ (2003), «Política popular e notáveis locais (Portugal, 1800-1850. Algumas notas)», in *Actas do II Colóquio de História Social das Elites*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 13-15 de Novembro (CD-ROM).
- TENGARRINHA, JOSÉ (2004), «Napoleón y la contrarrevolución en Portugal», comunicação apresentada ao simpósio sobre «Napoleón y la contrarrevolución en Europa», Universi-

dade Autónoma de Barcelona, 26-27 de Fevereiro, *Trienio. Ilustración y Liberalismo*, n.º 44, Madrid, Novembro, pp. 37-61.

II — OBRAS ESTRANGEIRAS DE REFERÊNCIA

- ABÈLÈS, MARC (1986), «Le degré zéro de la politique. Réseaux de pouvoir et espace intercommunal dans le canton de Quarré-les-Tombes (Morvan)», in *Études rurales*, 101-102, Janeiro-Junho, pp. 232-269.
- ABÈLÈS, MARC, e JEUDY, HENRI-PIERRE (1997), *Anthropologie du politique*, Paris.
- AGULHON, MAURICE (1970), *La République au village. Les populations du Var de la révolution à la II République*, Paris.
- AGULHON, MAURICE (1996), *Histoire vagabonde: la politique en France d'hier à aujourd'hui*, Paris.
- AGULHON, MAURICE (1976), «Les campagnes à leur apogée, 1852-1880. Les paysans dans la vie politique», in Étienne Juillard (dir.), *Apogée et crise de la civilisation paysanne, 1789-1914*, t. 3 de Georges Duby e Armand Wallon (dir.), *Histoire de la France rurale*, Paris, pp. 357-385.
- AGULHON, MAURICE, DESERT, G., e SPECKLIN, L. (1976), *Apogée et crise de la civilisation paysanne de 1789 à 1914*, Paris.
- BALANDIER, GEORGES (1967), *Anthropologie politique*, Paris.
- BANFIELD, EDWARD (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*, Nova Iorque.
- BERCÉ, YVES-MARIE (1975), *Fête et révolte. Essai sur la disparition des fêtes populaires du XVI au XVIII siècle*, Paris.
- BERCÉ, YVES-MARIE (1974), *Histoire des croquants*, Paris.
- BERGER, SUSANNE (1975), *Les paysans contre la politique*, Paris (ed. original *Peasants against Politics*, 1972).
- BURKE, PETER (1978), *Popular Culture in Early Modern Europe*, Nova Iorque (max. cap. «Politics and the people», pp. 259-270).
- CANAL, JORDI (1993), «El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporánea (Francia, Italia y España)», *Siglo XIX* (Cidade do México), 13, pp. 5-25.
- CHARTIER, ROGER (1990), *Les origines culturelles de la Révolution Française*, Paris (max. cap. «Une nouvelle culture politique», pp. 195-239).
- CHARTIER, ROGER (1987), «Culture populaire et culture politique dans l'Ancien Régime», in Keith Baker (dir.), *The French Revolution and the Modernisation of Political Culture*, t. 1, *The Old Regime*, Pergamon Press, pp. 242-258.
- La contre-révolution en Europe, XVIII-XIX siècles. Réalités politiques et sociales, résonances culturelles et idéologiques*, *Actas do Colóquio de Cholet* (Outubro de 1999), Presses Universitaires de Rennes, 2001.
- CORBIN, ALAIN (1994), *Les cloches de la terre*, Paris.
- CORBIN, ALAIN (1991), «L'histoire de la violence dans les campagnes françaises au XIX siècle. Esquisse d'un bilan», in *Ethnologie française*, XXI, 3, pp. 224-236.
- CORBIN, ALAIN (1993), «La violence rurale dans la France du XIX siècle et son dépérissement: l'évolution de l'interprétation politique», in *Cultures et conflits*, 9-10, «La violence politique dans les démocraties européennes occidentales», Primavera-Verão, pp. 61-73.
- COULOMB, PIERRE, DELORME, HÉLÈNE, HERVIEU, BERTRAND, JOLLIVET, MARCEL, e LACOMBE, PHILIPPE (dirs.) (1990), *Les agriculteurs et la politique*, Paris.
- DÉLOYE, YVES (1997), *Sociologie historique du politique*, Paris.
- DUPUY, ROGER (2002), *La politique du peuple. Racines, permanences et ambiguïtés du populisme*, Paris.
- DUPUY, ROGER (1982), «Les paysans et la politique (1750-1850)», in *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, t. 89, número especial, pp. 139-142 e 265-269.

- EDELSTEIN, MELVIN (1977), *La feuille villageoise. Communication et modernisation dans les régions rurales pendant la révolution*, Paris.
- EDELSTEIN, MELVIN (1990), «La place de la Révolution française dans la politisation des paysans», in *Annales historiques de la Révolution française*, n.º 280, pp. 135-149.
- EDELSTEIN, MELVIN (1975), «Vers une sociologie électorale de la Révolution française: la participation électorale des citadins et des campagnards (1789-1793)», in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, pp. 508-529.
- EDELSTEIN, MELVIN (1993), «La participation électorale des Français (1789-1870)», in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Outubro-Dezembro, pp. 629-642.
- Élections et géographie. Actes du colloque de Nantes (Março de 1987), *Géographie sociale*, 7, Maio de 1988.
- Études rurales, Julho-Dezembro de 1976, com o título «Pouvoir et patrimoine au village».
- FAUVET, JACQUES, e MENDRAS, HENRI (dirs.) (1958), *Les paysans et la politique dans la France contemporaine*, Paris.
- FORD, CAROLINE (1993), *Creating the Nation in Provincial France. Religion and Political Identity in Brittany*, Princeton University Press.
- FRADER, LAURA LEVINE (1991), *Peasants and Protest. Agricultural Workers, Politics and Unions in the Aude, 1850-1914*, Berkeley-Los Angeles.
- GARRIER, GILBERT, e HUBSCHER, RONALD (dirs.) (1988), *Entre faucilles et marteaux. Pluriactivités et stratégies paysannes*, Lyon/Paris.
- GUIONNET, CHRISTINE (1996), «Élections et apprentissage de la politique. Les élections municipales sous la monarchie de Juillet», in *Revue française de sciences politiques*, n.º 46, pp. 555-577.
- GUIONNET, CHRISTINE (1999), *L'Apprentissage de la politique moderne*, Paris.
- GUTTON, JEAN-PIERRE (1976), *La sociabilité villageoise dans l'ancienne France, solidarité et voisinages du XVI au XVIII siècle*, Paris.
- HABERMAS, JURGEN (1978), *L'espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris (ed. original, 1962).
- L'Histoire rurale en France*, actas do colóquio de Rennes (6-7 de Outubro de 1994) reunidas e apresentadas por Ghislain Brunel e Jean-Marc Moriceau, *Histoire politique et histoire rurale* (colab. Roger Dupuy, René Souriac, Jean-Pierre Jessene, Jean-Luc Mayaud, Ronald Hubscher), *Histoire et sociétés rurales*, n.º 3, 1.º semestre de 1995, pp. 113-149.
- HOBSBAWM, ERIC (1999), *Pessoas Extraordinárias. Resistência, Rebelião e Jazz*, 2.ª ed., São Paulo, Ed. Paz e Terra, cap. 11, «Os camponeses e a política», pp. 215-239.
- HOBSBAWM, ERIC (1973), «Peasants and politics», in *The Journal of Peasant Studies*, 1, n.º 1.
- HOBSBAWM, ERIC (1972), *Les bandits*, Paris.
- HOBSBAWM, ERIC (1983), «Introduction: inventing traditions», in Eric Hobsbawm e Terrance Ranger (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge.
- HUARD, RAYMOND (1982), *La préhistoire des partis: le mouvement républicain en Bas-Languedoc (1848-1881)*, Paris.
- JESSENNE, JEAN-PIERRE (1987), *Pouvoir au village et révolution, Artois, 1760-1848*, Lille.
- LUCAS, COLIN (1988), «The crowd and politics», in Colin Lucas (dir.), *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*, vol. 2, *The Political Culture of the French Revolution*, Oxford, pp. 259-285.
- LUXARDO, HERVÉ (1981), *Les paysans. Les républiques villageoises (X-XIX siècle)*, Paris.
- LUXARDO, HERVÉ (1984), *Rase campagne. La fin des communautés villageoises*, Paris.
- MARTIN, JEAN-CLÉMENT (1994), *Réligion et révolution*, Paris (v. C. Langlois, *Le serment révolutionnaire, archaïsme et modernité*, pp. 25-41).
- MARTIN, JEAN-CLÉMENT (1996), *Révolution et contre-révolution en France 1789-1989. Les rouages de l'histoire*, Presses Universitaires de Rennes.
- MAYAUD, JEAN-LUC (1987), «Protestation rurale, contestation politique? Des réalités aux mythes unificateurs (XIX-XX siècles)», in *La protestation rurale dans les campagnes françaises. Questions à l'histoire (XVII-XX siècles)*. Actes du XIII^e colloque national (Arc-et-Senans, 19-20 octobre 1987), Paris.

- MAYAUD, JEAN-LUC (1992-1993), «L'integrazione politica dei contadini in Francia e la politica agricola della Repubblica», in Pasquale Villani (dir.), *L'agricoltura in Europa e la nascita della «questione agraria» (1880-1914). Atti del convegno di Roma (ottobre 1992)*, *Annali dell'Istituto «Alcide Cervi»*, Roma, n.º 14-15, pp. 119-130.
- MCPHEE, PETER (1992), *The Politics of Rural Life. Political Mobilization in the French Countryside, 1846-1852*, Oxford.
- MENDRAS, HENRI (1976), *Sociétés paysannes. Éléments pour une théorie de la paysannerie*, Paris.
- MENDRAS, HENRI (1967), *La fin des paysans. Innovation et changement dans l'agriculture française*, Paris.
- MENDRAS, HENRI (1984), *La fin des paysans. Innovation et changement dans l'agriculture française, suivi d'une réflexion sur la fin des paysans, vingt ans après*, Arles, Actes-Sud.
- MOULIN, ANNIE (1988), *Les paysans dans la société française. De la révolution à nos jours*, Paris.
- Mouvements populaires et conscience sociale, XVI-XIX siècle* (dir. Jean Nicolas), colóquio de Paris em 24-26 de Maio de 1984, Paris, 1985.
- OZOUF, MONA (1987), «Le concept d'opinion publique au XVIII siècle», in Keith Baker, *The French Revolution and the Creation of Modern Culture*, Pergamon Press (reed. in Mona Ozouf, *L'homme régénéré. Essai sur la Révolution française*, Paris, 1989).
- Les paysans et la politique (1750-1850)*, colóquio de Rennes, 21-22 de Maio de 1981, *Annales de Bretagne et des pays de l'Ouest*, t. 89, 1982, n.º 2, pp. 141-265.
- PÉCOUT, GILLES (1994), «La politisation des paysans au XIX siècle. Réflexions sur l'histoire politique des campagnes françaises», in *Histoire et sociétés rurales*, n.º 2, 2.º semestre pp. 91-125.
- La politisation des campagnes au XIX siècle. France, Italie, Espagne, Portugal, Actes du colloque international organisé par l'École Française de Rome* (Roma, 20-22 de Fevereiro de 1997), Roma, 2000.
- RAVIS-GIORDANI (1976), «L'alta pulitica et la bassa pulitica: valeurs et comportements politiques dans les communautés villageoises corses, XIX-XX siècles», in *Études rurales*, 63-64, Julho-Dezembro.
- RÉMOND, RENÉ (dir.) (1988), *Pour une histoire politique*, Paris.
- RÉMOND, RENÉ (1965), *La vie politique en France au XIX siècle*, 2 t., Paris.
- Les résistances à la révolution*, actas do colóquio de Rennes (17-21 de Setembro de 1985), recolha e apresentação de François Lebrun e Roger Dupuy, Paris, 1987.
- SHANIN, TEODOR (1996), «The peasantry as a political factor», in *The Sociological Review*, pp. 5-27.
- SOBOUL, ALBERT (1976), *Problèmes paysans de la révolution, 1789-1848*, Paris.
- TAVERNIER, YVES, GERVAIS, MICHEL, e SERVOLIN, CLAUDE (dirs.) (1972), *L'univers politique des paysans dans la France contemporaine*, Paris.
- THOMPSON, EDWARD PALMER (1964), *The Making of the English Working Class*, Londres.
- VIGIER, PHILIPPE (1991), «La République à la conquête des paysans, les paysans à la conquête du suffrage universel», in *Politix*, 15, «La politique en campagnes», 3.º trimestre.
- VILAR, PIERRE (1973), *Assaigs sobre la Catalunya del segle XVIII*, Barcelona.
- VOVELLE, MICHEL (1992), *La découverte de la politique. Géopolitique de la Révolution française*, Paris.
- WEBER, EUGEN (1982), «Comment la politique vint aux paysans: a second look at peasant politicization», in *The American Historical Review*, 87, Abril, pp. 357-389.
- WEBER, EUGEN (1980), «The second Republic, politics and the peasant», in *French Historical Studies*, 11, pp. 521-550.
- WOLF, E. R. (1966), *Peasants*, Nova Jérícia, Prentice-Hall.
- ZONABEND, FRANÇOISE (1980), *La mémoire longue, temps et histoire au village*, Paris.